NACIONALIDADE E CIDADANIA: SEUS MITOS E VERDADES

Michele Galhardo, Bruna Fernanda Rodrigues Correia

Universidade do Oeste Paulista, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: michele.galhardo@hotmail.com

RESUMO

O artigo em tela retrata a distinção, conceitualização, mitos e verdades entre nacionalidade e cidadania, no sentido que nacionalidade é o vínculo jurídico político que faz ligação entre um indivíduo e um determinado Estado, e a cidadania como prerrogativa constitucional de cunho político que faculta o cidadão o direito de votar e ser votado participando assim da vida do Estado. Nacionalidade e cidadania são dois conceitos extremamente conectados, sendo motivo de obscuridade.

Palavras - chave: Nacionalidade, Cidadania, Nação, Estado, Cidadão.

NATIONALITY AND CITIZENSHIP: MYTHS AND ITS TRUTHS

ABSTRACT

Article on canvas depicts the distinction, conceptualization, myths and truths between nationality and citizenship, in the sense that nationality is the political legal bond that connects between an individual and a State and citizenship as a constitutional prerogative of political nature which provides the citizen the right to vote and be voted thereby participating in the state's life. Nationality and citizenship are two extremely connected concepts, and obscurity of.

Keywords: Nationality, Citizenship, Nation, State, Citizen.

1. INTRODUÇÃO

O nosso sistema constitucional brasileiro é pacífico no sentido de que a nacionalidade é o vínculo jurídico entre o indivíduo e o Estado, e a cidadania apresenta um “plus” de cunho extremamente político, permitindo ao indivíduo a participação concreta nos negócios políticos do Estado conferindo os atributos de cidadão. O autor Alexandre de Moraes, citando as ideias de Aluísio Dardeu de Carvalho faz o seguinte comentário:

A falta de juridicidade do termo nacionalidade, que, partindo da idéia de nação, englobaria somente os indivíduos que pertencessem a determinado grupo ligado pela raça, religião, hábitos e costumes. Porém, igualmente, aponta que essa terminologia encontra-se generalizada em diversos ordenamentos jurídicos. (2012, p. 217).

O trabalho em tela terá como ponto de partida apresentação de alguns conceitos, para que haja melhor compreensão sobre o assunto, se faz necessário entendê-los, já que os mesmos estão diretamente relacionados à nacionalidade e ao que será discutido a diante.

Posteriormente, será feito os estudos sobre a terminologia e conceito de nacionalidade e cidadania, sobre como é recorrente o erro de muitas pessoas ao se expressarem sobre o anseio de adquirir, na verdade, uma nova nacionalidade, e não cidadania, ou até mesmo dupla cidadania ou múltipla nacionalidade, como é visto corriqueiramente, isso devido ao desconhecimento no assunto e por não ser algo comum no dia a dia de muitas pessoas.

Ainda será exposta, a luz da Constituição Federal e julgados, sobre a suposta perda da nacionalidade em favor de outra.

2. METODOLOGIA

O estudo em tela foi desenvolvido mediante levantamento bibliográfico, leitura, fichamento e artigos eletrônicos. Buscou-se um estudo e apresentação da problemática, partindo do raciocínio legalista, de tratados internacionais, e estudos de como são regidas as normas estrangeiras de alguns países com relação à matéria debatida; daquilo que de mais interessante se pode levantar sobre nacionalidade e cidadania. Os dados apresentados foram confrontados, interpretados e debatidos.

3. CONCEITOS PRINCIPAIS

O presente estudo visa entendermos melhor sobre alguns aspectos da nacionalidade brasileira e estrangeira. Para isso, é necessários entender sobre o Estado, ente bastante complexo de ser formado, exigindo o entendimento de certas terminologias e peculiaridades para se chegar ao

pretendido neste trabalho. Sabe-se que, o Estado é soberano, a partir dele que se construíram as normas, a sociedade, e em decorrência, os direitos e deveres dos que nele se integram.

Dallari diz que Estado e Nação se correlacionam, porém, ele define nação como:

É oportuno mencionar que Estado e Nação, embora sejam conceitos que se relacionem não se confundem. *Nação resulta da associação de indivíduos de igual origem étnica, que falam a mesma língua, vinculam-se aos mesmos precedentes históricos, cultuam e preservam os usos, os costumes, as peculiaridades, as tradições e os sentimentos religiosos e ideológicos comuns.* (2006, p. 133).

O que liga as pessoas ao Estado é o vínculo jurídico entre ambos. Diferentemente se faz quanto à ligação da pessoa com a nação, estas são ligadas pelo bem comum, por características idênticas de usos e costumes, ou seja, não é vínculo jurídico, mas sim sociológico cultural.

Dalmo de Abreu Dallari ainda conceitua o termo povo, pois o Estado é constituído em favor destes:

Deve-se compreender como povo o conjunto dos indivíduos que, através de um momento jurídico, se unem para constituir o Estado, estabelecendo com este um vínculo jurídico de caráter permanente, participando da formação da vontade do Estado e do exercício do poder soberano. (2006, p. 99-100).

A seguir, serão claramente debatidas e conceituadas sobre as duas mais importantes terminologias que retratam o estudo, a nacionalidade e cidadania.

4. NACIONALIDADE E CIDADANIA

Hoje é comum as pessoas usarem como sinônimos os termos nacionalidade e cidadania.

Visto que, o ponto de partida da nacionalidade se inspira no movimento de organização de uma sociedade política (Estado), e na enorme necessidade de identificar quem são os elementos (povo) que compõe essa tal sociedade. Segundo o artigo eletrônico publicado, escrito por Cesar Henrique Kluge:

Com o nascimento do Estado Nacional, no século XVIII, em contraposição ao absolutismo até então vigente, ocorre à separação das esferas pública e privada e, principalmente, a substituição da soberania real pela soberania nacional. Com isso, o poder passa a emanar do povo que, por sua vez, passa a ser o novo titular da soberania.

Assim, temos o termo nacionalidade ligado ao surgimento do Estado Nacional, no século XVIII, onde o povo passa a ser o titular da soberania, por isso a necessidade de se identificar estes que compõe o Estado.

Já a expressão cidadania, é usada para definir a situação política de um determinado indivíduo dentro de um determinado Estado. É o conjunto de prerrogativas constitucionais asseguradas e exercidas pelos nacionais em um Estado. É através da cidadania que o nacional irá exercer seus direitos

políticos assegurados pela Constituição Federal. Assim, tem-se por pressuposto a nacionalidade (que é mais ampla que a cidadania), caracterizando-se como titularidade de direitos políticos de votar e ser votado. O cidadão é nada mais do que nacional (brasileiro nato e naturalizado) que goza de direitos políticos.

Apresentada a relevante distinção entre cidadania e nacionalidade, faz-se importante saber que a todos os Estados são seguidas determinadas condições, que funcionam como requisitos, pelos quais o indivíduo deve atender para obter a sua cidadania, do contrário, faltando algum requisito este poderá ter sua cidadania cancelada ou restringida, não podendo participar efetivamente da vida do Estado. Porém, isso não queira dizer que o indivíduo ira perder sua nacionalidade adquirida. Um exemplo de critério exigido, por exemplo, no Brasil, é de que tenha o alistamento eleitoral valido na forma da lei, ou seja, que seja eleitor.

Importante se faz as lições de José Afonso da Silva, que diz:

O alistamento eleitoral depende da iniciativa da pessoa, mediante requerimento [...]. As providências para o alistamento hão de efetivar-se, para o brasileiro nato, até os dezenove anos de idade, e para o naturalizado, até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, sob pena de incorrerem em multa. (2013, p. 350).

Diante disso, o ilustre Florisbal de Souza Del'Olmo vem trazer o melhor conceito sobre o tema em tela, e sua distinção criteriosa:

Cidadania é o status jurídico de que se vêem investidos aqueles, dentre os nacionais, que, pelo implemento de condições especiais, como a idade, formam um vínculo político com o Estado, de que são exemplos os direitos-deveres de votar e ser votado. Embora empregada, algumas vezes, como sinônimo de nacionalidade, não deve com ela ser confundida, até porque a nacionalidade é mais abrangente, incluindo os menores e os incapazes, que não são abrangidos pelo instituto da cidadania, pelo menos na conotação jurídica que se aborda neste estudo. (2006, p. 226).

Por fim, ainda se comprova a distinção entre cidadania e nacionalidade expressa em nossa Constituição Federal, onde em seu Título II compõe-se subdividido pelos Capítulos III e IV, que trata o primeiro da nacionalidade e o segundo dos direitos políticos, que retrata bem as características de cidadania. Além de atribuir a União à competência de legislar sobre cidadania, nacionalidade e naturalização, em seu art. 22, XII, CF/88. E conferiu ao cidadão e não apenas ao nacional o direito a pratica de alguns atos, como a propositura de ação popular (art. 5º, LXXIII) e a iniciativa de projeto de lei (art. 61, CF).

5. PRINCÍPIOS GERAIS DA NACIONALIDADE

No Brasil, assim como na maioria dos países o método de aquisição da nacionalidade deve atender a alguns requisitos, que são norteados por alguns princípios, porém, não os são absolutos, já que estão em constante mudança devido à evolução da sociedade. Celso Duvivier de Albuquerque Mello aponta quatro princípios, são eles:

- 1) Todo indivíduo deve ter uma nacionalidade e não mais que uma. Este princípio é o ideal da sociedade internacional. Todavia, na prática, ele não é levado muito em consideração, haja vista as hipóteses de apátrida e dupla nacionalidade;
- 2) A nacionalidade é individual, não se estendendo a parentes ou dependentes;
- 3) A nacionalidade não é permanente, podendo o indivíduo, por conseguinte, mudar de nacionalidade;
- 4) Via de regra, por tratar-se de manifestação do poder soberano, é assunto de competência do Estado, sujeito em determinadas hipóteses às normas e controles internacionais. (2001, p. 931-932).

Diante do já exposto, é mister dizer que, como refere o primeiro princípio *“Todo indivíduo deve ter uma nacionalidade e não mais que uma”*. O indivíduo é dono de uma só nacionalidade em determinado país, e não mais que isso. Ocorre que, muitos usam o termo “dupla cidadania” ou “múltipla cidadania” erroneamente, já que tem-se a possibilidade de obter quantas nacionalidades lhes forem possíveis, todavia, em todo e qualquer país é possível obter apenas uma única nacionalidade que lhe é correspondente, desde que sejam atendidos os requisitos, já enunciados anteriormente. Isso porque, cada país atende essa causa de uma forma, por exemplo, no Brasil há a forma originária e derivada para se adquirir a nacionalidade brasileira, que é respectivamente, o critério do *“ius solis”* e o *“ius sanguinis”*. O primeiro dispõeser possível obter a nacionalidade através do nascimento em terras brasileiras, ou seja, nascidos em território brasileiro; e o segundo por filiação, ou seja, descendência. E em meio a estas modalidades decorrem peculiaridades, até mesmo prevista em lei, que possibilitam a naturalização do indivíduo.

6. PERDA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Outra grande polemica se faz quanto à perda da nacionalidade brasileira em favor da aquisição de outra nacionalidade estrangeira, o que faz com que muitas pessoas leigas no assunto não corram atrás de adquirir por direito uma segunda nacionalidade. Pois, a Constituição é clara em seu art. 12, parágrafo 4º, I e II:

- Parágrafo 4º:* Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
- I- Tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
 - II- Adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

O inciso primeiro faz referência aos brasileiros naturalizados, que tem como pressuposto o cancelamento da sua naturalização aqueles que cometerem atos nocivos ao interesse nacional, ou seja, que coloque em risco o interesse público da nação. E também, o efeito desta causa será *ex nunc*, ou seja, o indivíduo só perderá a naturalização depois de transitada a sentença judicial. Se o caso proceder através de ato administrativo, o indivíduo poderá alegar violação ao dispositivo da CF/88.

Já no inciso segundo a perda é referente aos casos de brasileiros natos. E é neste dispositivo que muitos perdem de se naturalizarem em outro país estrangeiro, ou até mesmo manifestam sentimento de medo, tendo que ir a busca de recursos especializados para instruírem e resolverem esta causa. No entanto, a legislação é omissa quanto a isto, pois, o brasileiro não perdera sua nacionalidade de origem, ao menos que o mesmo a requeira, que manifeste o desejo de não mais querer ser brasileiro. Esta se dará após procedimento administrativo e depois de promulgado decreto do Presidente da República. O doutrinador Pedro Lenza escreve:

Ao contrário do cancelamento da naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, a perda da nacionalidade em decorrência da aquisição de outra dar-se-á após procedimento administrativo, onde seja assegurada ampla defesa, por decreto do Presidente da República (art. 23 da Lei 818/49). (2012, p. 1114).

Assim conclui-se que, apenas nos casos onde o brasileiro desejar adquirir outra nacionalidade, ele terá que requerer desintegrar-se, não mais fazer parte do Estado brasileiro como elemento humano.

7. REAQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA PERDIDA

O art. 12, parágrafo 4º, foi alterado com a ECR n. 3/94, que veio estabelecer duas hipóteses taxativas em que a aquisição de outra nacionalidade não implicará a perda da nacionalidade brasileira. Quais são, o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira, que segue o requisito *iussolis*, por exemplo, aquele que nasceu em território brasileiro, de pais italianos que estavam de férias no Brasil, será brasileiro nato, e poderá adquirir a nacionalidade italiana pelo *ius sanguinis*, sem perder a brasileira. A outra hipótese é a imposição de naturalização pela norma estrangeira, neste caso observará as condições de permanência estrangeira, por exemplo, se o Estado exigir que, para que tal indivíduo possa ali permanecer, por motivos de exercício profissional ou direitos civis, seja necessário que este se naturalize, então não perderá a nacionalidade brasileira.

Para finalizar, porém, não esgotando todo o conhecimento que o assunto proporciona, indaga-se: uma vez perdida a nacionalidade brasileira, como exposto no parágrafo anterior, o indivíduo poderá reavê-la? O ilustre doutrinador Pedro Lenza explica:

- Cancelamento da naturalização: não poderá readquiri-la, a não ser mediante ação rescisória, nunca mediante de um novo processo de naturalização, sob pena de contrariedade ao texto constitucional;
- Aquisição de outra nacionalidade: o art. 36 da Lei n. 818/49 prevê a possibilidade de reaquisição por decreto presidencial, se o ex-brasileiro estiver domiciliado no Brasil. Entendemos, contudo, que tal dispositivo só terá validade se a reaquisição não contrariar os dispositivos constitucionais e, ainda, se existirem elementos que atribuam nacionalidade ao interessado. (2012, p. 1115).

Com relação à reaquisição da nacionalidade, há duas correntes doutrinárias que divergem sobre o assunto, que diz respeito ao efeito que esta reaquisição terá ao estado do indivíduo. Se aquele que era brasileiro nato, readquirira como brasileiro nato ou naturalizado? Dentre outros questionamentos. No entanto, é unânime e inclusive é a posição do STF, que a reaquisição da nacionalidade coloca o indivíduo no mesmo estado que possuía antes de perdê-la. Pois, quem readquiri algo, a têm por lógica exatamente aquilo que perdeu. Então se perdeu a nacionalidade originária, readquire o status de brasileiro nato, e o que perdeu a nacionalidade derivada, readquire o status de naturalizado.

Todavia, para todos os efeitos, fica o questionamento para as mais diversas argumentações quanto ao assunto em tela.

8. CONCLUSÃO

Uma pessoa pode exercer a sua cidadania em seu Estado de origem já é de um todo gratificante, porém, para o Estado que a têm ou que a recebe, configura um incremento democrático de direito, pois, para o Brasil é um dos seus princípios fundamentais (art. 1º, II), e ainda o tem como consequência a participação da população no acesso a justiça e no processo político decisório governamental.

A nacionalidade brasileira é ato personalíssimo da pessoa que a requereu, e uma vez adquirido, adquire-se também, a cidadania, o direito de votar e ser votado, o direito de fazer parte da vida política do Estado em que se escolheu viver. A nacionalidade tem seu conceito mais amplo que a cidadania, e é pressuposto desta.

É relevante constar, porém, é pauta para um estudo mais aprofundado, de que algumas pessoas desconhecem as vantagens que a aquisição de uma nova nacionalidade pode proporcionar, desde considerações de uma vida política, profissional, no Estado, como prerrogativas e direitos, até o bem estar social e familiar que lhe é proporcionado, principalmente nos Estados estrangeiros. A quem diga que a obtenção da nacionalidade estrangeira é um passaporte para o mundo.

9. REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. D. **Nacionalidade e Cidadania**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1956.

DALLARI, D.de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 25ª edição, 2ª tiragem, São Paulo: Saraiva, 2006.

DEL'OLMO, F. de S. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MELLO, C. D. de A. **Curso de Direito Internacional Público**. 13ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2001, Volume II.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 28ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

KLUGE, C. H. **Reflexões sobre a nacionalidade brasileira: Aquisição, perda e reaquisição**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10493/reflexoes-sobre-a-nacionalidade-brasileira>. Acesso em: 15/08/2015.